

Senador capixaba está entre os 5 melhores do Brasil

O senador Renato Casagrande está entre os mais votados de todo o país nas duas etapas do Prêmio Congresso em Foco 2009. A primeira fase de votação foi entre 176 jornalistas de política de todo o país que escolheram os senadores mais atuantes. Na segunda fase internautas de todo o Brasil avaliaram senadores, deputados e os projetos apontados como de maior impacto.

O capixaba foi o segundo colocado na categoria Congressista que mais se destacou na Defesa do Meio Ambiente e alcançou o quarto lugar entre os melhores parlamentares, como representante do Senado, com 11 513 votos.

Desde o primeiro ano de seu mandato como senador, Casagrande figura entre os 5 melhores do país. "É uma honra e o reconhecimento de nosso trabalho. O Espírito Santo é um Estado pequeno e mesmo assim tive uma votação tão expressiva. Isso é muito gratificante. É a resposta que renova nossa força para acordar todos os dias com empenho redobrado para mudar nossa realidade", disse o senador.

Valadares requer sessão especial e fala sobre necessidade de fortalecer municípios

"Faltar recursos nos municípios significa condenar a população ao sofrimento", enfatizou hoje o senador Antonio Carlos Valadares, líder do PSB, na sessão especial do Senado em homenagem aos municípios brasileiros, realizada nesta quarta-feira (25), mediante requerimento de Valadares. O senador tem lutado em prol dos municípios, elaborando diversos projetos para que a distribuição dos recursos arrecadados com os tributos seja mais justa e permita aos prefeitos executarem as obras necessárias em suas cidades para o bem-estar de seus cidadãos.

O senador não exagera quando diz que a população sofre com a falta de recursos financeiros para obras básicas, porque no Brasil mais de 50% dos habitantes residem em municípios pequenos, com até 50 mil habitantes, que são justamente os que mais têm carência financeira para uma administração condigna.

Valadares cobrou a ação de todos para encontrar soluções que tirem a maioria dos 5.563 municípios brasileiros "do estado de penúria em que se encontram". Da Câmara dos Deputados, a regulamentação da Emenda 29, de Tião Viana e da qual é o relator. Aprovada no Senado não foi ainda votada pela Câmara; de todos os parlamentares e do Executivo, a aprovação de uma reforma tributária, "que é arrastada há anos e os municípios não suportam mais a tirania financeira que estão enfrentando".

A Constituição estabeleceu percentuais de recursos para cada ente da federação, mas não fixou claramente as responsabilidades de execução de serviços que atendam às necessidades da população. Nesta distribuição, 60% dos recursos arrecadados concentram-se na União, 25% ficam com os Estados e 15% com os Municípios. Ocorre que estes últimos acabaram ficando com a maior responsabilidade de executar os benefícios e são justamente os que menos recursos recebem. A regulamentação da Emenda 29 é de fundamental importância, porque define as responsabilidades de cada um.

Valadares disse em seu discurso ser um defensor permanente do municipalismo. "Por várias vezes subi a esta tribuna para expor a situação dos municípios brasileiros e do meu estado de Sergipe", disse ele. De fato o senador cobrou a rápida execução das negociações que levaram à edição da MP 457, destinada a estender o prazo de pagamento das dívidas das prefeituras junto ao INSS.

"Inclusive eu já havia apresentado um projeto de lei sobre isto (PLS262/2008), além de outro (PLS 87/2008) para limitar o percentual máximo de comprometimento da receita corrente líquida municipal com o pagamento de obrigações previdenciárias e, ainda, um terceiro (PLS 385/2008), ampliando os prazos para compensação financeira entre o regime geral da Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores dos municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição, projeto este que foi recentemente aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos", lembrou o senador.

Valadares também destacou dois projetos que fortalecem as finanças municipais: o PLS 120/2008, que reduz à metade a alíquota da contribuição para o PASEP devida pelos municípios à União. O outro é o 156/2008, para resolver as dificuldades dos municípios devido ao endividamento com FGTS. Pela proposta, o percentual máximo das prestações dos parcelamentos de débitos não ultrapassa a 1% do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Hoje ele é de 3%.

CCJ aprova projeto de Casagrande que prevê qualidade fiscal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deu um grande passo em direção ao aumento da qualidade da gestão pública. Nesta quarta-feira (25), a comissão aprovou o substitutivo do senador Arthur Virgílio que incorporou as propostas dos senadores Renato Casagrande e Tasso Jereissati. Ambas tratam deste tema, sendo a de Casagrande mais dedicada à responsabilidade fiscal e a de Jereissati voltada à apreciação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso Nacional.

Na prática, o substitutivo estabelece que os candidatos à presidência da República, os governos estaduais e as prefeituras deverão registrar seus planos de governo na Justiça Eleitoral até dois meses antes da data das eleições. O objetivo é que as promessas de campanha dos candidatos sejam depois efetivamente traduzidas no Plano Plurianual (PPA), instrumento de gestão estratégica de cada governo, desde a esfera federal até os municípios.

As propostas têm a objetivo de substituir a legislação atual que trata das finanças públicas do país, elaborada na década de 80, portanto, já obsoleta. Diante disso, o senador Casagrande ressaltou a importância da aprovação da matéria, pois ela vai permitir que recursos públicos sejam mais fiscalizados.

"Demos um grande salto quando o Congresso aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas está faltando o salto da qualidade no gasto público. O dinheiro às vezes é gasto, mas não traz retorno para a sociedade. Sendo assim, um dos nossos grandes desafios é criar condições para melhorar a qualidade do gasto público. Com o equilíbrio fiscal, há espaço para investimento em infra-estrutura e gastos sociais", destacou. A matéria segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).